



## PARECER JURÍDICO PRÉVIO

Ementa. Edital de Licitação referente ao Processo licitatório nº 20180222 – Pregão Eletrônico nº 006.2018, da prefeitura municipal de Bujaru, para aquisição de equipamentos de proteção individual, equipamentos para processo de trabalho e indumentárias para a secretaria municipal de saúde de Bujaru - PA.

### I - RELATÓRIO:

A Prefeitura municipal de Bujaru, através da secretaria municipal de saúde deflagrou processo de licitação para aquisição de equipamentos de proteção individual, equipamentos para processo de trabalho e indumentárias para a secretaria municipal de saúde de Bujaru - PA.

E, para verificação da legalidade e regularidade do procedimento licitatório adotado, antes de dar início as próximas fases do processo, solicita a presidente da Comissão Permanente de Licitação parecer jurídico desta procuradoria.

É o relatório, passo a Opinar.

#### II - PARECER:

A Prefeitura municipal de Bujaru, através da secretaria municipal de saúde deflagrou processo de licitação para aquisição de equipamentos de proteção individual, equipamentos para processo de trabalho e indumentárias para a secretaria municipal de saúde de Bujaru - PA.

O procedimento licitatório deverá ser numerado, assinado e autuado, para atender a exigência contida do Art. 38 da lei 8.666/93 (Lei de Licitações).

O serviço objeto da licitação foi devidamente demonstrado com a instauração do processo, na respectiva solicitação de abertura atendendo a exigência do Art. 38 "caput" da lei 8.666/93.

Houve também, conforme exigência legal, a comprovação de dotação orçamentária própria para atender a despesa, tendo sido igualmente atestada à previsão





de recursos financeiros suficientes para esta despesa. Em vista do valor total estimado da despesa e por se tratar de contração de bem ou serviço comum, foi eleito o Pregão eletrônico, por se enquadrar dentro do limite previsto na lei 10.520/02, no que agiu a comissão permanente de licitação de acordo com a lei.

Por fim, constata-se que a minuta do Edital, preenche os requisitos contidos no Art. 40, motivo pelo qual podemos informar que o mesmo obedece aos termos da lei 8.666/93.

Da mesma forma a minuta do contrato a ser firmado com a licitante vencedora, que acompanha o edital, encontra-se em consonância com o Art. 55 da lei 8.666/93, observando todas as exigências cabíveis, sendo coerente com as disposições do edital.

Assim, após a análise do processo em epigrafe, concluímos que o mesmo está de acordo com a legislação vigente, pelo que aprovamos a minuta do Edital e do contrato, conforme exigência do art. 38, parágrafo único, da lei 8.666/93.

### III - CONCLUSÃO:

Desta forma, **OPINO** pelo processamento do presente certame na modalidade Pregão eletrônico termos da Lei 10.520/2002, forma comum, estando pronto para que seja iniciada a próxima fase, devendo, para tanto, proceder à respectiva **PUBLICAÇÃO**, e posterior recebimento e julgamento da habilitação dos licitantes e julgamentos das respectivas propostas.

É o parecer.

Salvo Melhor Juízo.

Bujaru/PA, 12 de Abril de 2018.

VANDERSON QUARESMA DA SILVA Procurador Municipal de Bujaru

OAB/PA N° 17.266





## PARECER JURÍDICO FINAL

**Ementa.** Edital de Licitação referente ao Processo licitatório nº 20180222 — Pregão Eletrônico nº 006.2018, da prefeitura municipal de Bujaru, para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), aparelhamentos para processo de trabalho para a secretaria municipal de saúde de Bujaru - PA.

### I - RELATÓRIO:

A Prefeitura municipal de Bujaru, através da secretaria municipal de saúde deflagrou processo de licitação para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI), equipamentos para processo de trabalho e indumentárias para a secretaria municipal de saúde de Bujaru - PA.

Parecer jurídico prévio atestou a regularidade da fase inicial do processo até a emissão do edital de abertura do certame.

Consta relatório conclusivo consignando abertura da sessão e credenciamento; recebimento, análise e classificação das propostas de preço; apuração do resultado; análise da documentação,

E, para a verificação da formalidade, legalidade e regularidade desta segunda fase, antes da sua homologação e finalização o pregoeiro da CPL solicitou o parecer desta Procuradoria jurídica.

#### II - PARECER:

A Prefeitura municipal de Bujaru, através da secretaria municipal de saúde deflagrou processo de licitação para aquisição de equipamentos de



proteção individual, equipamentos para processo de trabalho e indumentárias para a secretaria municipal de saúde de Bujaru - PA.

O processo está em ordem e obedecendo ao que estabelece a Lei 8.666/93.

Já analisados os procedimentos realizados até a elaboração do edital, observa-se a regularidade do processo, bem como, que o pregão realizado obedeceu as formalidades previstas em Lei.

Conforme previsto no edital, foi feita a abertura e análise da documentação de habilitação, de maneira que as licitantes classificadas cumpriram todos os requisitos de habilitação conforme o edital.

Assim, o pregoeiro decidiu por declarar vencedora a empresa C \$ D COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI EPP, classificada nos itens 01-02-04-07-10-13-20, tendo adjudicado o objeto em favor da licitante vencedora, totalizando o valor global de R\$ 71.561,50 ( setenta e um mil, quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) e a empresa IMPRESSUS BEL COMERCIO, SERVIÇOS EIRELI ME, classificada nos itens 03 - 05 - 06 -08 - 09 - 12 -21 -26, tendo adjudicado o objeto em favor da licitante vencedora, totalizando o valor global de R\$ 376.862,10 (trezentos e setenta e seis mil, oitocentos e sessenta e dois reais e dez centavos).

Desta forma, nossa conclusão é que o processo transcorreu de forma regular, completo e plenamente de acordo com a legislação vigente **OPINANDO** pela sua **HOMOLOGAÇÃO**.

É o parecer que respeitosamente submetemos a apreciação da autoridade municipal superior.

Bujaru/PA, 07 de Junho de 2018.

VANDERSON QUARESMA DA SILVA Procurador Municipal